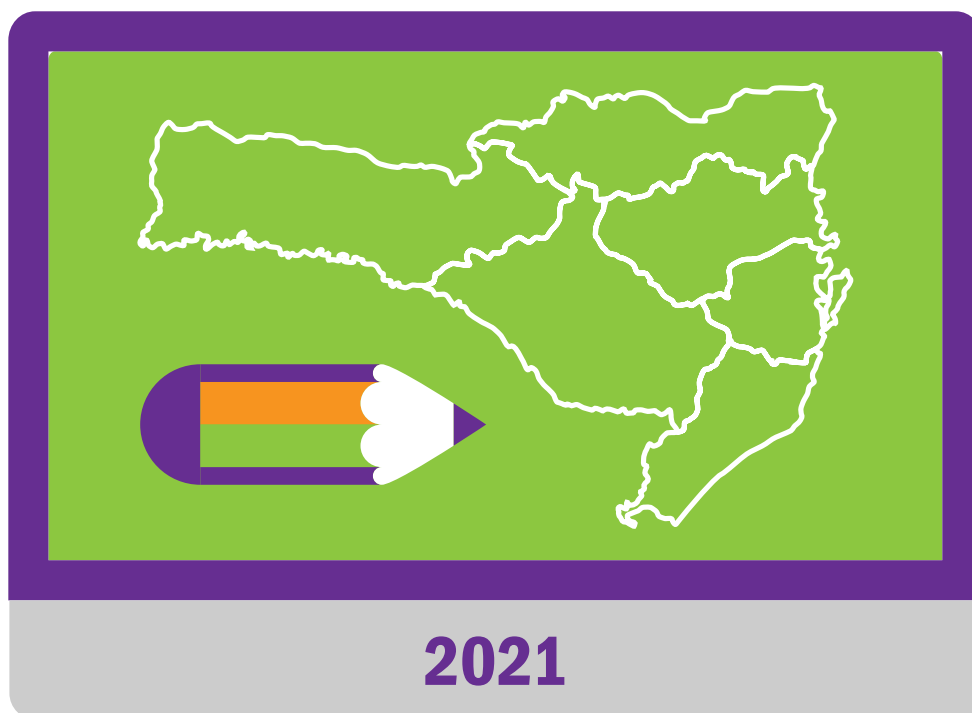


PRÉ-CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO SINTE/SC



“RESISTIR E ESPERANÇAR”

Paulo Freire

**CADERNO
REFERÊNCIA**



DIRETORIA

Luiz Carlos Vieira
Coordenador Estadual

Ilone Moriggi
Vice Coordenadora Estadual

Sandro Luiz Cifuentes
Secretário Geral

Diego de Souza Manoel
Secretário de Finanças

Vera Lucia Freitas
Secretária de Organização

Aldoir José Kraemer
Secretário de Formação Política e Sindical

Elivane Secchi
Secretária de Trabalhadores em Educação Admitidos em
Caráter Temporário

Marlusa Aparecida Kayser Karklis
Secretária dos Aposentados e Assuntos Previdenciários

Cassia Regina da Costa
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais

Cassiano Antonio Marafon
Secretário de Imprensa e Divulgação

Robson Cristiano da Silva
Secretário de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Anna Julia Rodrigues
Secretária de Direitos Humanos e Gênero

Marcio José Pereira de Souza
Secretária de Igualdade Racial e Combate ao Racismo

Luzia Biancato Alberton
Secretária de Saúde dos Trabalhadores em Educação

Evandro Accadrolli
Secretário de AEs, ATPs, Especialistas em Assuntos
Educação, Consultores e Funcionários

Oswaldo de França
Secretário de Juventude

REGIONAIS

ARARANGUÁ
Coordenador: **Gerson Barbosa Nascimento**

BLUMENAU
Coordenadora: **Carla Xavier da Silveira Delfino**

BRUSQUE
Coordenador: **Nilton Valério Dias**

CAÇADOR
Coordenadora: **Leonilda Dalpiva**

CAMPOS NOVOS
Coordenadora: **Terezinha Fátima Maciel**

CANOINHAS
Coordenadora: **Iara Inês do Prado Greszeschen**

CHAPECÓ
Coordenadora: **Alvete Pasin Bedin**

CONCÓRDIA
Coordenadora: **Ingrid Ines Ackermann Fiorentin**

CRICIÚMA
Coordenador: **Enio Leonardo Rocha Candido**

CURITIBANOS
Coordenadora: **Josefina Joanh Rossa**

FLORIANÓPOLIS
Coordenador: **Daniel Murialdo Swoboda**

IBIRAMA
Coordenador: **Jalmir César Gonçalves de Araújo**

ITAJAÍ
Coordenadora: **Sandra Mara Santos Bergamo**

ITUPORANGA
Coordenador: **Oswaldi Olavo da Silva**

JARAGUÁ DO SUL
Coordenador: **Francisco Assis Rocha**

JOAÇABA
Coordenadora: **Cleudete Pratto da Silva**

JOINVILLE
Coordenador: **Adriano Mesnerovicz**

LAGES
Coordenadora: **Mara Shirley Rossi**

LAGUNA
Coordenador: **Rudmar Correa**

MAFRA
Coordenador: **Miguel Angelo Dittrich**

MARAVILHA
Coordenador: **Dalmir Tobias Borgheti**

PALMITOS
Coordenadora: **Miriam Monica Herbert**

RIO DO SUL
Coordenador: **Lothar Weise Filho**

SÃO JOAQUIM
Coordenador: **Thiago Guckert Zelazowski**

SÃO JOSÉ
Coordenador: **Fernando Patricio Filho**

SÃO LOURENÇO DO OESTE
Coordenadora: **Sônia Aparecida Dal Piva**

SÃO MIGUEL DO OESTE
Coordenador: **Sérgio Pagno**

TUBARÃO
Coordenadora: **Sônia Maria Medeiros da Silva**

VIDEIRA
Coordenadora: **Maria Inez dos Santos**

XANXERÊ
Coordenador: **Jean Carlos Lemos**

COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO SINTE/SC

Aldoir José Kraemer, Cássia Regina da Costa,
Evandro Accadrolli, Marcio José Pereira de Souza,
Oswaldo de França e Vera Lucia Freitas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
OS ATAQUES À EDUCAÇÃO NO PÓS-GOLPE 2016 E NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO.....	6
AS CONTRARREFORMAS NO BRASIL E A CONJUNTURA INTERNACIONAL.....	14
EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM RISCO: ALGUMAS REFLEXÕES.....	17
MANTER A ESPERANÇA!.....	23
POESIA.....	27

APRESENTAÇÃO

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Paulo Freire

Nos últimos anos a educação vem sofrendo duros ataques que se aprofundaram com ascensão ultraliberal de projetos e proposições, com o firme interesse em desestabilizar o principal pilar na construção de uma sociedade justa, igualitária e sem as já conhecidas distorções sociais.

O curso estabelecido pelo SINTE/SC na realização das Conferências de Educação nas macrorregiões, com início em 22 de abril de 2021, reafirma a bandeiras historicamente defendidas por nossa entidade, na lógica de que a educação é parte fundamental da vida dos indivíduos que vivem em sociedade. Esta não se restringe apenas a um período específico da vida humana que é predeterminado pela forma de pensar da época, pelo contrário, é extremamente abrangente no que diz respeito à formação da própria sociedade; formação no sentido do desenvolvimento da consciência, da personalidade, da moralidade e na própria valoração das situações e momentos de interação destes indivíduos uns com os outros e com o mundo a sua volta.

Durante o período dos debates, discussões e propostas que serão formatados ao longo das conferências, que tem como base sólida a construção da Conferência Estadual de Educação do SINTE/SC, em agosto de 2021, versarão sobre aspectos de alta relevância para o cotidiano pedagógico, funcional e estrutural da Educação Pública em Santa Catarina, tais como o assédio moral, hoje travestido, inclusive, na pressão pelo retorno presencial sem a vacinação garantida, atentando contra o direito à vida dos/as trabalhadoras em educação, a liberdade de cátedra como fator elementar para que a educação e seus profissionais cumpram o seu papel na qualidade do ensino e

na solidificação do ser pensando e dialogando com tudo aquilo que o circunda em sua rotina de vida, além das reformas (des)estruturais propostas pelos governos federal e estadual e que afetarão flagrantemente os serviços públicos e, em especial, a educação, que correm um sério risco de serem alijadas do patamar de políticas públicas transversais e de necessidade emergencial para a população.

Com isso, o SINTE/SC, mais do que nunca, reafirma sua intransigente defesa estratégica na construção de uma rede de apoio, solidariedade e resistência a todo esse conjunto de ataques que a educação pública brasileira sofre e que, agora, apresenta seus impactos.

Desejamos a todas e todos um pleno aproveitamento do conteúdo que será oferecido nessa jornada de luta e formulações!

A DIRETORIA EXECUTIVA

OS ATAQUES À EDUCAÇÃO NO PÓS-GOLPE 2016 E NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

O povo brasileiro assiste neste exato momento de sua história uma das mais cruéis atrocidades praticadas contra seu povo. Os números de morte pela Sars-Covid 19 já ultrapassa a marca dos 300 mil e as previsões são mais avassaladoras, caso o Brasil não coloque em prática 3 coisas essenciais no enfrentamento do vírus: fechamento por 21 dias direto, vacinação em massa e testagem com assistência médica.

A receita não resulta de uma simples ação mágica para enfrentamento do vírus. Elas são iniciativas de caráter político-estatal que precisam brotar de governos sérios, comprometidos, que visem a defesa da população.

É que neste momento, como consequência da eleição do Bolsonaro em 2018, estamos no olho do furacão com medidas governamentais que atuam para destruição do pacto social instituído na Constituição Federal de 1988.

Estamos nas vias de fato de um processo agudo e coordenado de desmonte do estado. Estamos vivenciando “reformas” que atentam contra o povo trabalhador e a soberania nacional do país com reformas como: teto dos gastos/pec da morte, reforma trabalhista, reforma previdenciária, privatizações, tentativas de colocar o fim das indexações, vinculações e gastos obrigatórios, ausência de medidas em favor do emprego, da renda e do consumo que gera um impacto na arrecadação e na queda de receitas.

Toda esta realidade vem sendo pensada e gestada pelas elites, pela direita e ultradireita no país, que anseiam retornar em definitivo ao comando exclusivo do país, mas sabe que corre riscos se participar de forma democrática de processos eleitorais, por isso patrocinou o golpe de 2016 e construiu uma fraude eleitoral em 2018, possibilitando

a eleição de uma aberração na Presidência da República que tem levado o país a se tornar um pária a nível internacional e um risco para o mundo.

Golpe de 2016: desmonte do estado nacional e ataque à preservação de políticas públicas e mínimos

Na escalada para tornar o Brasil submetido às forças do capitalismo rentista mundial, o governo profascista de Bolsonaro entregou o país ao pensamento mais atrasado do estado mínimo neoliberal estabelecendo com super poderes o ministro da economia, Paulo Guedes.

A dupla Bolsonaro-Guedes, apoiados pelas forças do rentismo e setores dos militares vem implementando a agenda de destruição de direitos previstas na Constituição Federal.

A Agenda de Ataque ao “Público”

O pensamento que governa o país é quanto menos participação do Estado, menos acesso à serviços básicos para a população que mais precisa, mas se terá confiança do mercado, e os investimentos aportarão no País para sair da crise econômica.

A agenda fiscalista e rentista segue, assim, a marcha de entrega total do país, num esforço de tudo repassar para a iniciativa privada.

No caso dos serviços públicos, a ordem é privatizar tudo, E o estado se ausentar por completo das exigências de responsabilização pelas políticas públicas. Esse pensamento vem justificando todas as ações do governo Bolsonaro que não hesitou adotar as políticas fisiológicas e tornar o congresso um balcão de negócios, via Centrão, para garantir as votações que asseguram a implementação da agenda fiscalista.

Desde 2016, com o golpe na presidente Dilma Rousseff, o então governo impostor de Michel Temer iniciou a implementação das medidas restritivas de cortes de gastos nos serviços públicos, medidas estas que estão sendo aprofundadas pelo (des) governo Bolsonaro.

A educação em especial vem sentindo de forma direta esta forma de governo e com isso vem convivendo com cortes sucessivos de recursos, narrativas desabonadoras sobre as universidades, ataques à autonomia institucional e pedagógica das mesmas, criminalização e perseguição de professores, silenciamento de alunos, desescolarização, padronização curricular e pedagógica pela implementação da reforma curricular via BNCC, militarização, aligeiramento, entre outras ações.

O caminho para a destruição das garantias constitucionais de 1988 são as privatizações e seus assemelhados. Neste sentido estamos vivendo o auge de uma disputa entre um projeto de nação inclusiva, soberana, democrática, defendido pelas forças democráticas x projeto antinacional, autoritário e desigual defendido pelas forças reacionárias que governam o país.

Como entender que as elites nacionais toleram o absurdo que (des) governa o país neste momento?

Para entender o processo de desconstrução em curso

Desde 2002 com a eleição do Governo Lula com bases democrático-popular, o país retomou as aspirações constitucionais de assegurar direitos à população. Os números são claros e não escondem o salto de investimentos do Estado nas políticas públicas.

Com os governos Lula e Dilma aconteceram a ampliação dos investimentos em todos os níveis etapas e modalidades na educação: ampliação da escolarização obrigatória dos 7 aos 14 para dos 4 aos 17 anos; o orçamento do MEC passou de 2002 com R\$ 16 bilhões para R\$ 100 bilhões em 2016; as despesas discricionárias: R\$ 3 bi (2002) para R\$ 30 bi (2015); foi criado o PSPN - piso salarial profissional do magistério em 2009; reforço e ampliação de programas como o PNLD, PNAE (30% agricultura familiar), PNBE, caminho da escola (rural), Mais Educação, PDDE, Quadras Cobertas, Luz para Todos (mais de 3 milhões de famílias), Proinfância e Brasil Carinhoso, dentre outros.

Em 2008, o Governo Lula reverte o congelamento da rede federal de educação profissional assegurando ampliação de recursos para as 140 escolas técnicas e mais de 500 novas unidades, com atuação incisiva na expansão nas regiões norte e nordeste; criação do Reuni, diminuição do número de professores substitutos e ampliação do

número de técnicos e professores, ampliação de cursos, vagas e matrículas em todas as regiões, criação de programas como o Fies, Prouni, Pnaes e Lei de Cotas e a aprovação Plano Nacional de Educação aprovado sem vetos, plano este que estabeleceu a aplicação em 10 anos de 10% do PIB a ser investidos em educação.

Mesmo com as disputas travadas com o mercado que disputava o orçamento do governo federal, o país experimentou um ciclo de desenvolvimento que gerou pressão social para mais direitos, enquanto as elites, receosas por perderem seus privilégios ante a crescente necessidade ampliação de direitos para a base da população, preferiram interceptar o projeto de governo democrático e popular em 2016, pela via do impedimento e apearam da Presidência da República a primeira mulher eleita e reeleita presidenta do país.

Mantido o processo de eleições democráticas de 2018 e, de novo as elites se sentindo ameaçadas de não-êxito para a manutenção do governo pós-golpe, consentiram com diversas fraudes jurídicas estabelecidas na operação Lava-Jato, e com isso possibilitaram a eleição de um governo de ultra direita para o país. Todo o processo de fraude eleitoral atendeu a interesses internos e externos de forma a garantir de vez a interceptação de uma agenda de direitos previstas na constituição federal e que ameaça as pretensões dos representantes dos representantes do capital rentistas e conglomerados financeiros nacionais e internacionais em obter grandes lucros no Brasil.

Instituído o golpe em 2016, era urgente a promoção de reformas que atendessem os interesses do capital. Assim a direita apoiou o programa do presidente impostor “Uma Ponte para o Futuro” e sua agenda entreguista, privatista e desnacionalizante.

A primeira reforma a ser implementada pelo governo impostor foi a Reforma do Ensino Médio.

Com a reforma do ensino médio, confirmou-se no país que “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”. Este pensamento de Darci Ribeiro sintetiza tudo que se viveu na educação no pós-golpe de 2016 e atualmente, de forma mais aprofundada em termos de desmonte do que constituído na CF/88.

A redução do currículo a disciplinas de português, matemática e inglês como obrigatórias para os 3 anos e as demais sendo ofertadas por itinerários formativos não obrigatórios pelas escolas, já revelava o tamanho dos prejuízos para a formação da ampla maioria dos filhos e filhas da população que dependem da escola pública.

Mas a escalada de desmonte da educação não parariam com as reformas de Michel Temer. Era preciso aprofundar as reformas iniciadas. Mas, mantido o processo de eleições democráticas de 2018 e, de novo as elites se sentiram ameaçadas de não-êxito para a manutenção do governo pós-golpe. Assim, consentiram com diversas fraudes jurídicas e consequentemente eleitorais como as FakeNews, estabelecidas com a operação Lava-Jato, retirando da disputa o ex-presidente Lula como o candidato melhor posicionado nas pesquisas de intenções de voto e com isso possibilitaram a eleição de um governo de ultra direita para o país. Todo o processo de fraude jurídico e consequentemente eleitoral atendeu a interesses internos e externos de forma a garantir de vez a interceptação de uma agenda de direitos previstas na constituição federal e que ameaçava as pretensões dos representantes do capitalismo rentista e de conglomerados financeiros nacionais e internacionais em obter grandes lucros no Brasil.

O propósito de destruição das bases democráticas total vieram o com o Plano de Governo de Bolsonaro, um programa genérico, simplista e agressivo, na educação com mais matemática e português, “sem doutrinação e sexualização precoce” (p.41), que veio para expurgar a ideologia de Paulo Freire (p.46), para instituir de vez a educação a distância (p.46), a militarização de escolas (em dois anos um colégio militar em todas as capitais de estado, p.34, “defesa nacional”).

Eleito Bolsonaro, o descaso com a educação pública se instalou com força no MEC. Os dois primeiros ministros nomeados por Bolsonaro, Véllez Rodrigues e Weintraub, deram o tom da destruição das bases constitucionais da CF de 1988 com narrativas que apontavam que as universidades devem ser para a elite; o que se presencia na universidades públicas é a balbúrdia; a defesa da polícia nos campus universitários; taxaço de professores doutrinadores como zebras gordas e as escolas públicas sendo dadas como falidas.

O projeto negacionista do governo Bolsonaro na educação veio com cortes e privatização no orçamento, credenciamento de IES privadas, patrocínio de formas de

privatização; disputas entre os núcleos ideológico/familiar/fundamentalistas e dos militares que beneficia o processo de desmonte do Estado e corrosão da democracia levado a efeito pelos núcleos econômico e da lava-jato.

No governo protofascista de Bolsonaro o programa na educação foi se expressando pelo revisionismo sobre a ditadura civil militar nos livros didáticos e formação, ataque à aposentadoria das professoras, extinção da Secadi e da Sase como estruturas da educação voltadas para a inclusão e um ataque às questões de gênero, bem como tentativas de manchar e minar a realização do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

Também ocorreram e ainda ocorre o patrulhamento ideológico nas IES e escolas de educação básica. Mais precisamente, está em desenvolvimento pelo (des)governo Bolsonaro uma cruzada para inviabilizar a escola pública, estatal, laica, gratuita e de qualidade para a maioria da população.

O projeto conservador da educação no governo protofascista de Bolsonaro está sendo imposto através da educação domiciliar, do viés do projeto escola sem partido, e da implementação das escolas cívico-militares.

Do ponto de vista estruturante, o governo protofascista de Bolsonaro buscou e tenta anular os efeitos da política de subvinculação dos recursos da educação, tentando desconstituir o Fundeb. Não conseguindo, o governo optou por estratégias que visam assegurar o desvio de finalidade do Fundeb, promovendo o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada ou, por dentro da esfera pública, com a complementação federal, promover a privatização por meio de repasses de recursos com base em projetos pedagógicos com base em resultados e meritocracia, que já encontra guarida nas reformas curricular (BNCC) e reforma do ensino médio.

O governo protofascista de Bolsonaro não conseguiu o fim do Fundeb, mas, há projetos de reformas tramitando no congresso que conformam novos golpes na educação pública, visando retirar de vez a vinculação constitucional de recursos públicos para a educação pública como obrigação dos entes federados e também propostas de unificar recursos da saúde e educação, base esta que jogaria para feitos a responsabilidade sobre definição de percentuais a serem investidos nestas áreas. Ou seja, reformas que colocam em risco a política pública prevista na CF/88.

As ameaças contidas na Educação Domiciliar (pl 2401/2019 e outros)/ Escola Sem Partido (pl 7180/2014)

É fato que o governo protofascista de Bolsonaro sente-se ameaçado com as garantias constitucionais democráticas estabelecidas na CF/88. Por isso, as ações governamentais em cursos visam conferir plenos poderes ao presidente, como por exemplo, na tentativa de arregimentar as forças de segurança como sendo vinculadas ao ente federado. Neste sentido é preciso minar os espaços que promovem o pensar crítico que se posiciona contra esse processo de subserviência nacional ao poder centralizado. A educação é espaço primordial para estabelecer a base ideológica conservadora. Por isso, com o governo protofascista de Bolsonaro ganham força os movimentos conservadores que olham a escola como ameaça e na relação ensino x educação, negam a educação com a ampla abrangência conferida pela Constituição Federal e LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação, tirando assim, o viés do ensino com bases para a promoção da vida familiar, convivência humana, formação para o trabalho, investimento nas instituições de ensino e pesquisa, reconhecimento dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e valorização das manifestações culturais.

Nega-se, assim, a finalidade da educação para pleno desenvolvimento do educando, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Em curso com este (des)governo, agora aprofundadas pelas condições de pandemia, está a desescolarização e formação estreita com sufoco ao pensamento crítico, ao pleno desenvolvimento; produção de desigualdades e deixar de matricular, deixa de ser crime de abandono intelectual.

O projeto das Escolas Cívico-Militares (militarização)

Na necessidade de impor o viés ideológico conservadorismo e negacionismo que interessa à dominação econômica do país, o governo protofascista de Bolsonaro deixou de lado a realidade de 48 milhões de matrículas na Educação Básica, os mais de 4 milhões de profissionais da educação (professores/as e funcionários/as de escola) e promove a redução de investimentos via MEC, abandonando as políticas de cooperação entre os entes previstas no artigo 23 de CF/88.

Como carro chefe de suas políticas está o da militarização de escolas que vem acompanhado, primeiro, com o discurso do medo imposto à população, somado à criminalização da pobreza, a desvalorização da escola pública, do público, dos professores, dos funcionários de escola, escondendo a omissão do Estado.

Segue-se a inversão de responsabilidades e incremento de uma política dual e excludente para impor à escola pública e ao professor responsabilidades que não são suas: pela falta de condições e de melhores condições de infraestrutura e pelo fenômeno da violência sistêmica.

Em um país com 181 mil escolas, 48 milhões de matrículas, ver um governo alardeando uma “política” para 216 escolas é muito triste. Ademais, sustenta a iniciativa atacando o professor e a escola pública, de um lado e, de outro, utiliza recursos da educação para pagar militares aposentados, provavelmente, mais e melhor que o professor.

Como resultado dessa forma de pensar a educação, está em risco um projeto de nação inclusiva. Isto requer da sociedade e dos movimentos sociais organizados a clara noção de que é preciso re-construir as bases democráticas neste país e torna-lo um país para as maiorias.

AS CONTRARREFORMAS NO BRASIL E A CONJUNTURA INTERNACIONAL

José Álvaro de Lima Cardoso

Economista. 17.04.21

No debate sobre as chamadas contrarreformas dos últimos anos, um primeiro aspecto que jamais deveria ser esquecido, porque fundamental para a análise, é a de que, absolutamente todas elas (previdenciária, trabalhista, gastos públicos, administrativa, etc.), vieram como consequência de um crime de imensas proporções contra o Brasil, que foi o golpe de Estado em curso. Esse golpe teve como momento crucial o impeachment da presidente Dilma em 2016, mas não se limita àquele momento. Precisar essa questão não é um problema moral e nem se trata de um capricho: é que essa definição é essencial para a precisão do diagnóstico. Consequentemente, é fundamental para o enfrentamento do problema.

Há uma visão que permeia as reformas que é: tudo que é privado é melhor que o público. E tudo que é estrangeiro, é melhor que o nacional. Portanto, nessa perspectiva, se a Eletrobrás - maior empresa de energia da América Latina, gera lucros todos os anos, e em suas 47 usinas localiza-se 52% da água armazenada no país - for vendida por uma bagatela, ótimo. Só que será melhor se for vendida para alguma grande multinacional de um país imperialista. Melhor ainda, se for uma empresa dos Estados Unidos.

Com o golpe, especialmente de 2016 para a frente, foram cometidos crimes em série contra o país. Os golpistas têm sido verdadeiros serial killers. Os diálogos vazados a cada dia, dos agora desmascarados membros da Lava Jato, deixam muito evidente que toda a operação nada tinha a ver com combate à corrupção. Na verdade, foi uma trama coordenada pelo país mais poderoso da Terra, visando dar as cartas da política no país e atingir seus objetivos econômicos e políticos. Muitos observadores não

querem dizer o óbvio, porque denunciar essas coisas implica em certo risco. Como dizem os analistas sérios de geopolítica: a história mostra que os EUA são capazes de fazer qualquer coisa, para fazer valer seus interesses: “qualquer coisa”, mesmo.

Só iremos entender as “contrarreformas” que os golpistas estão empurrando goela abaixo da população, se entendermos que todas elas, sem exceção, visam solucionar uma crise do capitalismo ao nível internacional, aumentando o repasse, aos países imperialistas, de: petróleo, água, minerais e território para instalação de bases militares. Como os capitalistas gostam de lembrar, “não existe almoço grátis”. Pode-se completar a frase: “especialmente para os povos dos países subdesenvolvidos”. Como em economia não existe, ao contrário dos evangelhos canônicos, o “milagre da multiplicação dos recursos”, uma maior transferência de riquezas para o centro imperialista, representa, ao mesmo tempo, empobrecer e retirar direitos dos povos da periferia. No Brasil, tão logo deram o golpe, trataram de desmontar a Lei de Partilha, que previa uma maior retenção da renda petroleira no país, para investimentos em educação e saúde.

É ingenuidade esperar que um processo eleitoral isolado, meramente institucional, descolado da luta mais geral dos trabalhadores, irá reverter este processo de destruição de direitos e desmonte radical do Estado. A conjuntura internacional é de confrontação entre as potências. Podemos tomar o caso da China que é um país moderado e extremamente negociador. A China não é um país imperialista. O país, estrategicamente, aproveita uma conjuntura internacional específica, na qual conseguiu acumular grande quantidade de capital, para obter um lugar independente no mundo. É uma atitude normal de qualquer país que tem projeto de nação e visa preservar sua soberania.

A China não tem nenhum interesse de provocar os EUA, sua postura é, em termos diplomáticos, de extrema discrição. Porém, o Império do Norte se sente extremamente incomodado com a movimentação chinesa no mundo, nos campos econômico e diplomático. É evidente a intenção dos norte-americanos, de fazer a China ceder espaços obtidos, na economia e política.

Por que isso acontece? É porque a crise do capitalismo é muito profunda. Qualquer espaço econômico que possam ocupar é vital para os países imperialistas. Vejam o que fizeram com a lei de partilha no Brasil. Após o golpe imediatamente trataram de destruir a Lei. Nesse complexo quadro, o conflito ao nível internacional é inevitável.

Não é que os EUA queiram provocar um conflito gratuitamente. É que a gravidade da crise exige medidas drásticas e extremas. Os EUA têm cerca de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Essa situação no coração do maior país capitalista da terra, e cabeça do imperialismo, representa uma verdadeira bomba relógio.

O caráter profundo da crise, coloca o problema político e militar em primeiro plano. E, ao contrário do que muita gente pensa, Biden, cumpre muito melhor esse papel de confrontar seus inimigos, do que o governo anterior. Quando os EUA coordenaram o golpe no Brasil, o presidente não era Trump (e sim Obama) e Biden era vice-presidente.

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM RISCO: ALGUMAS REFLEXÕES

Hamilton de Godoy Wielewicki (UFSC)

Mestre em Letras e Doutorado e Pós-Doutorado em Educação, trabalha e pesquisa no campo da formação de professores, com publicações, projetos e atividades nessa área. É Professor do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Uma sociedade democrática presume a existência de instituições igualmente democráticas que, buscando responder à questão relativa a que tipo de cidadão se deseja formar e para que tipo de sociedade, sustentem e tensionem a discussão em torno de um projeto formativo pautado na solidariedade, na justiça social, no respeito à diversidade, na equidade de oportunidades, no convívio respeitoso, entre outras questões fundamentais. Mesmo com a recorrente falta de condições estruturais para dar conta de sua missão, as escolas são possivelmente o espaço mais importante para nutrir esse senso de apreço e de luta por uma sociedade democrática.

Exatamente por essa razão, a escola, o currículo e profissionais da educação precisam contar com condições adequadas para dar conta da missão de acessibilizar conhecimento num ambiente que ao mesmo tempo fomente, valorize e se constitua como espaço de convívio democrático. Isso se faz - sem dúvida alguma - com recursos, mas também com um conjunto de ideias agregadoras, de tal modo que as comunidades escolares possam participar ativamente da construção do projeto de educação que impacta - a curto, médio e longo prazo - a própria vida da comunidade. Essa luta e as conquistas que se tem feito a partir dela não são novidade para quem tem vivenciado escolas nas últimas décadas. Conceitos como gestão democrática, conselhos escolares, currículo participativo, entre outros não apenas somaram-se ao vocabulário de educadoras, educadores, estudantes, famílias; passaram a fazer parte da vida das escolas e não são poucos os exemplos onde a radicalidade dessa ideia de

democracia participativa tem transformado a vida dessas comunidades, tornando-as mais diversas, inclusivas e relevantes para todas as pessoas envolvidas e para seu entorno social. A grande maioria das escolas faz o que pode para ser esse espaço de diálogo e construção propositiva, em que pese a falta crônica de condições, o uso de estratégias legais que cerceiam o trabalho educativo e a constatação de que a valorização do trabalho docente muitas vezes só existe em discursos vazios de sentido quando cotejados com aquilo que é efetivamente feito. Assim, minha intenção aqui é tratar brevemente de três questões que possivelmente vão na contramão de uma educação democrática e que precisamente por essa razão exigem alguma reflexão: educação domiciliar, escolas militarizadas e assédio moral.

A primeira questão talvez demande primeiramente fazer uma pequena, mas significativa correção terminológica. O termo educação domiciliar que vem sendo usado nas proposições de lei e no discurso do senso comum sobre a questão deriva de uma palavra em inglês (homeschooling) e, nesse sentido, Fernando Penna propõe uma tradução melhor, no meu entender, para homeschooling ao usar o termo escolarização doméstica (Penna, 2019, p. 10-11). Essa escolha é adequada por duas razões. A primeira é que o termo 'schooling' no original remete sem ambiguidade alguma à escolarização, o que "expõe a tentativa de a família substituir, no espaço doméstico, os processos formativos complexos que acontecem nas escolas por meio do ensino" e, portanto se distancia dos processos formativos que acontecem do âmbito familiar como, por exemplo, fomentar valores que fazem sentido para os respectivos núcleos familiares. A segunda razão é a tradução de home como doméstica, o que ajuda a "evitar a confusão com o regime de exercícios domiciliares (com acompanhamento da escola), previsto no decreto-lei nº 1044 de 1969 e nas leis nº 6.202 de 1975, 6.503 de 1977 e 7.692 de 1988". Essa análise mais precisa do termo, consoantemente com Penna (2019), nos ajuda a entender que o sentido efetivo das proposições que ora se avizinham como um risco são, ao fim e ao cabo, exemplos prototípicos da chamada pauta de 'costumes', um conjunto de agendas de base conservadora que, similarmente a suas congêneres, não aceita que a escola seja balizada, por exemplo, por ideias de diversidade e inclusão impossíveis de conciliar com uma visão retrógrada, limitada e empobrecedora da educação.

Assim, vislumbrar as possibilidades emancipatórias da educação, por outro lado, obriga a pensar a natureza relacional do processo educativo. A escola - mesmo com suas dificuldades - precisa ser encarada como um direito que não pode ser tolhido das

crianças e jovens. Viver a escola, aprender a conviver, a relacionar-se com o mundo, com o que faz as crianças (e jovens) se perceberem como iguais, mas também com o que dá a elas consciência de serem diferentes ou singulares precisam ser garantidos como direitos inalienáveis das crianças. Além disso, a própria experiência dramática que a pandemia tem revelado, deixa claro que as famílias podem, sim, acompanhar e zelar pela educação de seus filhos, mas que essa tarefa demanda preparação e experiência profissional que a grande maioria das famílias teria dificuldade de mobilizar, assim como exige espaços e recursos que igualmente são difíceis de mobilizar fora de uma comunidade escolar. Além disso, essa pauta é com frequência inflamada por visões obscuras sobre conhecimento, geralmente avessas ao bom senso e ao progresso científico e que, desse modo, não hesitam em tentar criminalizar o ato de pensar sob o rótulo genérico de doutrinação, como se o questionamento e reflexão crítica sobre a realidade não devessem fazer parte da educação.

O ataque à educação e à escola democrática não é novo, tampouco confinado à realidade brasileira. Como já bem acentuavam James Beane e Michael Apple (1995, p. 3) a sociedade espera que as escolas públicas sejam responsáveis pela educação de todas as crianças e, ao mesmo tempo, se arvora o direito de acusá-las pelas disparidades econômicas e sociais que, mesmo não sendo causadas por ela, ironicamente afetam sua capacidade de fazer frente à essa situação e mesmo à expectativa que se tem sobre elas. E a ironia se estende, no entender desses autores, a uma ênfase, por um lado, na necessidade de fomentar o pensamento crítico e, por outro, na imposição de um regime de verdadeira censura aos programas e atividades de escolas e professores.

Com isso em mente, a segunda questão que convém discutir, também situada no campo da controvérsia, é a proposição de escolas militarizadas como uma espécie de panaceia para colocar escolas - especialmente em espaços de maior vulnerabilidade social - nos 'trilhos'. Além de sobrepor o argumento da autoridade sobre a autoridade dos argumentos, a proposição de fato assenta na supressão do debate e do questionamento que caracterizam instituições democráticas e, em seu lugar, instaura um regime de disciplina que se por ventura faz algum sentido na caserna, não tem o menor cabimento num espaço que deseja fomentar a autonomia, a diversidade e a liberdade de pensamento e expressão. Soa, salvo melhor juízo, como mais um aparato de violência simbólica que transforma em problema de 'polícia' o que deveria ser objeto de atenção de políticas públicas. Em tal contexto, o silenciamento de docentes e de estudantes

é potencializado pela ênfase na hierarquia e pela supressão - e não pela problematização - da contradição, dando margem ao tipo mais perigoso de censura, aquele que é auto-imposto. A questão da disciplina obviamente afeta escolas e profissionais da educação, mas há suficiente evidência de que escolas bem equipadas, que podem contar com profissionais com boa formação e condições adequadas de trabalho e com projetos pedagógicos capazes de mobilizar a energia e o potencial das crianças e jovens, bem como de suas famílias tendem a ser bem sucedidas tanto em termos de rendimento escolar e de disciplina, quanto na construção de perspectivas de efetiva mudança das condições de vida, especialmente quando isso tudo é acompanhado de uma rede de políticas públicas de proteção social. Muito se fez neste sentido, particularmente a partir do processo de redemocratização do país, mas a desigualdade estrutural ainda é uma mácula que a nação não conseguiu resolver e que, conforme já se percebe com clareza, terá ainda menos condições de enfrentar se não for revertida a redução do investimento em saúde e educação causada pela PEC do fim do mundo.

Por fim, a terceira questão que convém discutir é o assédio moral. O tema igualmente não é novo no âmbito das relações de trabalho e tradicionalmente está relacionado com as condutas do empregador que, pela intensidade e repetição, causam dano moral ou psicológico ao trabalhador. Contudo, tendo em vista o acirramento de ânimos contra a escola como espaço democrático, talvez seja prudente ampliar o escopo da compreensão do assédio moral para o âmbito das relações de poder como um todo. Isso envolveria, portanto, todas as formas de coação, de constrangimento, ou de violência (física, psicológica ou simbólica) que possam acontecer num espaço de relação no qual haja desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. A forma mais comum de ocorrência de assédio moral é o uso da relação hierárquica como um escudo para constrangimento e humilhação de professoras e professores por razões frequentemente descabidas (por exemplo, divergência de pontos de vista), em situações que dificultam a defesa (por exemplo, pela supressão unilateral do direito ao contraditório) e com o objetivo de inferiorizar quem é alvo do assédio. Estamos falando, portanto, de uma relação que é essencialmente anti-pedagógica, anti-democrática e não raramente, desumana. Mas há também outras formas. Uma escola ou uma sala de aula pautada em relações autoritárias, por exemplo, seria, a partir desse ponto de vista ampliado, um ambiente no qual o risco de assédio moral potencialmente se ampliaria. Ambientes nos quais o dissenso tem vez e voz, por outro lado, tendem a aprender a lidar melhor

com a diferença e com a diversidade e exatamente por essa razão, tendem a fomentar relações - pedagógicas ou de trabalho - mais respeitosas e dialógicas.

A advento das pautas conservadoras sobre educação, entretanto, tem feito com que o debate sobre a missão da escola e sobre os objetivos da educação muitas vezes assumam contornos de relações de 'consumo' que, embora nada tenham a ver com a visão da educação como um direito, cada vez com maior frequência são usadas para constranger profissionais da educação. Infelizmente não são poucos os exemplos de famílias - às vezes incitadas até mesmo por agentes públicos que deveriam dar bom exemplo - que geram situações de exposição pública constrangedora de educadores e educadoras como estratégia de dissuasão quando no tratamento de temas importantes de serem problematizados pela escola como é o caso, por exemplo, da violência doméstica ou da existência efetiva de arranjos familiares monoparentais ou homoafetivos, apenas para citar alguns desses temas que as pautas conservadoras se esforçam para criminalizar. Pressões - organizadas ou não - nessa direção são responsáveis pelo constrangimento e pela própria integridade física e psicológica de educadoras e educadores que não fazem mais do que cumprir seu dever e de serem fiéis ao compromisso que assumem de educar em ambientes que sejam democráticos, diversos, inclusivos e acolhedores.

Mais recentemente, a pandemia tem dificultado sobremaneira o trabalho de profissionais da educação. Mesmo diante de todas as dificuldades e da falta crônica de condições das escolas, dos estudantes e das famílias, professoras e professores tiveram que se reinventar num tempo exíguo para seguir amparando seus estudantes mesmo nesse cenário que expôs ainda mais dramaticamente o tamanho da desigualdade do país. Se a maioria das escolas permaneceu fechada por razões sanitárias, os educadores jamais estiveram de braços cruzados. Pelo contrário, nunca se trabalhou tanto quanto no último ano, mas apesar disso, a categoria passou a ter que conviver com um outro tipo de assédio moral: o institucional. Além de passarem a ser alvo de ataques de setores da imprensa e mesmo da comunidade, professoras e professores têm sido constrangidos coletivamente por governadores, prefeitos e gestores, alguns eleitos por pautas de retorno a uma pretensa 'normalidade', mesmo que sabidamente impossível na situação de pandemia que estamos vivendo. O que se vê, além da falta de garantia de condições mínimas de segurança para o retorno das atividades presenciais nas escolas, são formas de pressão e de manipulação da opinião pública que

extrapolam qualquer limite do razoável, combinada com uma política que dispõe da vida de educadores como se descartáveis fossem.

Assim, finalizando a argumentação aqui delineada, é fundamental resgatar que escolas são lugares de vida, de conhecimento, de democracia e de respeito mútuo. Não se concebe que educadores tenham que fazer da luta em defesa da vida uma bandeira de luta ou que se necessário reiteradamente argumentar que a ciência e o conhecimento precisam ser os balizadores de decisões que afetam a vida de todas as pessoas. Podemos mais do que isso. Merecemos melhor do que isso

Referências

Apple, Michael W.; Beane, James A. (Eds) (1995) *Democratic Schools*. Alexandria, VA.

Penna, Fernando A. (2019) . A defesa da "educação domiciliar" através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. *Linguagens, Educação e Sociedade* , v. 24, n. 42.

MANTER A ESPERANÇA!

Carlos Brandão

Mestre em Antropologia Social, doutor em Ciências Sociais com pós-doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago, em Santiago de Compostela. Na Universidade de Campinas, está veiculado ao GEPEJA, Grupo de Pesquisas de Educação de Jovens e Adultos. Um de seus livros de 50 livros publicados é intitulado “O que é o método Paulo Freire”

Saibamos trocar o verbo passivo “esperar”, pelo verbo ativo “esperançar”. Em todas as partes e a todo o momento ouvimos e vemos pessoas dizendo de diferentes maneiras que “estamos vivendo um tempo escuro”; “estamos atravessando um tempo de tão poucas esperanças!”

E é sobre isso quero lembrar algo. Apenas, desta vez, o que trago como uma mensagem não são palavras minhas.

Preferi escolher alguns escritos de outras pessoas. E em todas elas, com acentos e palavras semelhantes ou diferentes, trago algo de resistência, de resiliência, de coragem e de esperança.

Que a primeira lembrança seja de um antropólogo, e também um educador: Darcy Ribeiro.

Antes de nos deixar ele escreveu isto:

Sou um homem de Causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, por causas que me comovem. São muitas, demasiadas: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária... Na verdade, somei mais fracassos que vitórias nas minhas lutas. Mas isso não importa. Seria horrível ter estado ao lado dos que se venderam nessas batalhas.

Outra mensagem é mais recente. Ela é de um sociólogo, um militante europeu de causas sociais, e uma homem de grande presença aqui na América Latina. Um alguém que, “vindo do Norte”, pensa o mundo a partir das “Cartografias do Sul”, ou seja, as nossas.

Na “Nona carta às Esquerdas”, de seu livro: Trece cartas a las izquierdas, Boaventura de Souza Santos escreveu isto no último parágrafo, na página 80 do livro.

Esperar sem esperança é a maior maldição que pode cair sobre um povo. E a esperança não se inventa: ela se constrói com inconformismo, rebeldia competente e alternativas reais frente á situação presente.

Eis agora um breve e sábio pensamento do líder sul-africano, Nelson Mandela.

Tudo é impossível. Até começar a acontecer!

Quero lembrar também Jean-Paul Sartre, um pensador de quem li poucas coisas, mas aprendi do que li. Sartre morreu em abril de 1980 e, quarenta anos depois eu quero recordá-lo agora, em 2020. Em uma última entrevista, publicada em Português pelo jornal O Estado de São Paulo, ele disse isto que eu transcrevo aqui.

O mundo parece feio, mau e sem esperança. Esse seria o desespero de um velho que já morreu dentro de nós. Mas eu resisto, e sei que morrerei de esperança, dentro da esperança. Mas essa esperança, teremos que fundá-la. É preciso tentar explicar por que é que o mundo de agora, que é horrível, não passa de um momento no longo desenvolvimento histórico; e que a esperança foi sempre uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições, e como sinto ainda, a esperança, como a minha concepção do futuro. (Está em: O Estado de São Paulo, 18 de abril de 1980, página 21).

Jean-Paul Sartre escreveu também esta passagem que transcrevo aqui.

O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real destas estruturas numa práxis totalizadora.

Algo que Eduardo Galeano traduziu com estas palavras:

Nossa autêntica identidade coletiva nasce do passado e se nutre dele – pegadas sobre as quais caminham nossos pés, passos que representem nossas andanças de agora – mas não cristaliza na nostalgia. Somos o que fazemos, e, sobretudo o que fazemos para mudar o que somos: nossa identidade reside na ação e na luta. Por isso a revelação do que somos implica na denúncia do que nos impede de ser o que podemos ser.

E, ainda fiquemos com um poema de Otávio Paz:

*A alegria amadurece como um fruto
 O fruto amadurece até ser sol
 O sol amadurece até ser homem
 O homem amadurece até ser astro
 Nunca a luz repartiu-se em tantas luzes,
 As árvores, as ruas, as montanhas
 Água terra e sol são um só corpo
 A hora e o seu sino se dissolvem
 As pedras as paisagens se evaporam
 Todos se foram sem voltar o rosto
 E ardemos, e não deixamos rastro.*

De Clarisse Lispector, de quem celebramos os seus “100 anos de vida”, eu trago uma última mensagem de esperança. Algo que deve estar vivo e presente em quem abriu as velas de seu barco... e partiu.

*Ao soar dos seres e das coisas,
que deus abrisse seu coração,
que lhe permitisse olhar para dentro de si,
e o medo expulso,
pudesse enfim dizer à morte, vivi!*

Eis aí. Algumas pessoas se foram em 2020, com a pandemia, ou por meio de outras formas de partir. Ficamos nós.

*Ficamos nós!
Fiquemos no fervor da vida;
na presença solidária;
no trabalho de cada dia;
na ação de cada hora;
na luta inevitável;
na esperança inabalável.*

Carlos Rodrigues Brandão (quase no final de 2020)

POESIA

Aneli Remus Gregório

Professora aposentada e poetisa

Ensinar é

uma especificidade humana;

uma aventura criadora;

uma prática educativa transformadora

Ensinar é

diálogo, amor, respeito, cooperação e emancipação

Ensinar exige

pesquisa

criatividade

aceitação e

rejeição a qualquer forma de discriminação

autonomia

esperança

alegria

bom senso e

segurança

Ensinar exige

competência

comprometimento

generosidade

liberdade e autoridade

escuta

curiosidade

consciência e

apreensão da realidade

Ensinar é uma prática amorosa, provocativa e corajosa

Paulo Freire adverte

O mal estar da ética do mercado;

às práticas desumanizantes;

às causas da degradação;

o individualismo e a competição;

o discurso fatalista da globalização.

Paulo Freire anuncia

*a solidariedade, enquanto compromisso histórico, como luta pra
humanização;*

a estética da prática: desejo, paixão,

sem deixar de lado

seriedade e simplicidade

dessa importante função

Patrono, sua obra, seus ensinamentos, sua história, sempre estarão
presentes na nossa formação, nas lutas sociais, na educação.



CRONOGRAMA

PRÉ-CONFERÊNCIAS / MACRORREGIÕES

Lançamento do Curso de Formação e da Conferência	15/04 18H
Canoinhas, Mafra, Joinville e Jaraguá do Sul	22 e 28/04 18h até 21h
Caçador, Videira, Joaçaba, Curitibanos, Campos Novos e Lages	06 e 13/05 18h até 21h
Ibirama, Rio do Sul, Ituporanga, Blumenau, Brusque e Itajaí	20 e 27/05 18h até 21h
Florianópolis, São Joaquim e São José	10 e 17/06 18h até 21h
São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Maravilha, Xanxerê, Palmitos, Chapecó e Concórdia	24/06 e 01/07 18h até 21h
Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna	08/07 e 15/07 18h até 21h



SINTE
Santa Catarina



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnite.org.br



Filiada à

CUT